



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 321/2013

Consagra o Barão do Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia, como Patrono do Comércio do Estado do Paraná.

Art. 1º Consagra o Barão do Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia, como Patrono do Comércio do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Patrono do Comércio Paranaense, a ser comemorado anualmente em 16 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 136/2014

Altera a Lei nº 9.730, de 17 de outubro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.730, de 17 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:


“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Social, Educação, e Cultura – ASEC, com sede e foro no Município de Curitiba.”

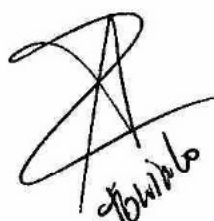
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Social, Educação, e Cultura – ASEC, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Joviano


Relator
Pessoa 6080


Rose Littera



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 172/2014

Revoga o art. 2º da Lei nº 17.885, de 19 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Florestópolis.

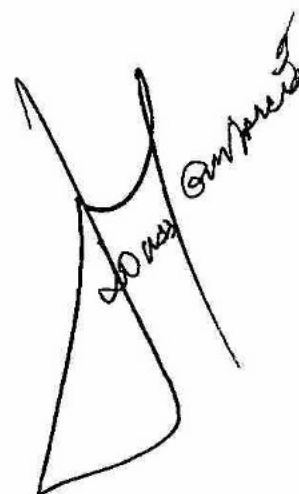
Art. 1º Revoga o art. 2º da Lei nº 17.885, de 19 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Florestópolis.

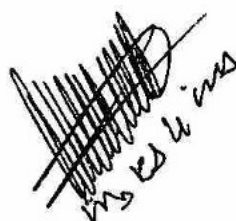
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator  


Biston

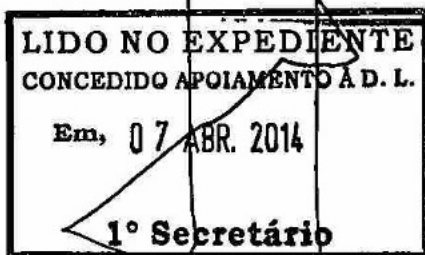

Biston



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Projeto de Lei nº 160/2014



Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.

Art. 1º O "caput" do art. 1º da Lei nº 17.826, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto registrado no Estado do Paraná:"

Art. 2º Acrescenta-se parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. As entidades de que trata este artigo deverão obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou a categoria profissional."

Art. 3º O inciso III do art. 1º da Lei nº 17.826, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III – ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de saúde, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;"

Art. 4º O inciso VI do art. 1º da Lei nº 17.826, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI – que no caso de dissolução, a destinação do patrimônio será à entidade congênere ou ao Poder Público que efetuou a respectiva doação."

Art. 5º O art. 3º da Lei nº 17.826, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade com atuação na área de assistência social deve comprovar inscrição junto aos Conselhos Estadual ou Municipal de Assistência Social."

Art. 6º O inciso VI do art. 6º da Lei nº 17.826, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras, desde que não tenham certificado de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;"

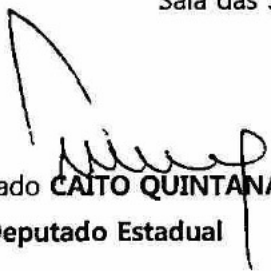
Art. 7º O inciso VII do art. 6º da Lei nº 17.826, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:


"VII – as instituições privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras, desde que não tenham certificado de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 2009;"

Art. 8º As instituições que solicitarem recadastramento, observadas as disposições da Lei Estadual nº 17.826, de 2013, terão mantidos os títulos de Utilidade Pública concedidos por Decreto Governamental.


Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2014.


Deputado **CAIO QUINTANA**
Deputado Estadual


Deputado **PEDRO LUPION**
Deputado Estadual


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
Deputada Estadual


Deputado **TADEU VENERI**
Deputado Estadual


Deputado **TERCILIO TURINI**
Deputado Estadual


Deputado **ANDRE BUENO**
Deputado Estadual

Deputado **ANIBELLI NETO**
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto visa alterar a Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, a fim de possibilitar que apenas as instituições hospitalares e instituições de ensino privadas que possuam certificado de entidade beneficente de assistência social sejam declaradas de Utilidade Pública.

Salienta-se que tal medida é fruto de amplo estudo e discussão entre as entidades interessadas, a Casa Civil e a Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013, para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública, com a conclusão de que, por preencherem todos os requisitos legais e cumprirem com sua função social, devem ser alcançadas pelas disposições da referida Lei.

Ainda, a Comissão Especial constatou que muitas instituições têm a titulação através de antigos Decretos do Governador, pelo que se pretende possibilitar que essas entidades solicitem o recadastramento afim de que possam continuar usufruindo dos benefícios da Utilidade Pública.

Diante da abrangência e importância da matéria, requer-se o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.



**Lei 17826 - 13 de Dezembro de 2013**

Publicado no Diário Oficial nº. 9107 de 16 de Dezembro de 2013

Súmula: Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Art. 2º. O processo de instrução do Projeto de Lei de Utilidade Pública deve conter ainda:

I - certidão que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;

II - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verbas públicas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação dada;

III - declaração do autor do Projeto de Lei de que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública;

IV - relatório de atividades da entidade nos últimos doze meses, assinado pela diretoria da instituição, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;

V - ata da última assembleia geral e ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa da diretoria eleita;

VI - declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são remunerados e que a instituição presta serviços de relevante interesse público.

Art. 3º. A entidade com atuação na área de assistência social deve comprovar inscrição junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As demais entidades devem apresentar o Título de Utilidade Pública Municipal ou a certidão de vigência da Lei Municipal.

Art. 4º. Será revogada a Lei que concedeu o Título de Utilidade Pública da entidade que comprovadamente:

I - deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos públicos recebidos, observando nessa prestação que possui o Título de Utilidade Pública;

II - deixar de prestar ou se negar a prestar serviços compreendidos no respectivo objetivo social;

III - tiver baixado o respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ junto à Receita Federal ou ter razão social diversa daquela registrada no CNPJ e no seu Estatuto;

IV - deixar de encaminhar os documentos atualizados à Assembleia Legislativa do Paraná para apensamento



ao processo de declaração de Utilidade Pública, quando houver alteração do Estatuto Social.

Parágrafo único. Recebida a documentação de atualização do Estatuto Social da instituição declarada de Utilidade Pública e constatando-se a necessidade de alteração da Lei instituindo a honraria, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que providenciará a alteração legal.

Art. 5º. As entidades mantidas por outra instituição poderão requerer o Título de Utilidade Pública desde que possuam personalidade jurídica própria, estatuto social, ou regimento interno vinculado ao estatuto de sua mantenedora e, ainda, balanço patrimonial, financeiro e relatório de atividades individualizados de sua mantenedora, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos necessários à aquisição do referido Título.

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

~~VI - ...Vetado...~~

VI - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras desde que não tenham certificado de benemerência; (Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014)

(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014)

~~VII - ...Vetado...~~

VII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; (Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014)
(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014)

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Art. 7º. A cada cinco anos, contados da publicação desta Lei, as instituições declaradas de Utilidade Pública deverão solicitar à Assembleia Legislativa a manutenção do Título de Utilidade Pública, através de Requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

I - declaração, assinada pelo presidente da entidade, informando que o Estatuto Social anexado ao processo de concessão do Título de Utilidade Pública não sofreu alteração;

II - atestado de pleno e regular funcionamento, em papel timbrado, com a nominata da diretoria atual, data do início e término da gestão, número do CNPJ e endereço da instituição, emitido por:

a) Conselho Municipal de Assistência Social do município em que a entidade está sediada, caso desenvolva ações na área de assistência social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município em que a instituição está sediada, caso desenvolva ações na área da criança e do adolescente;

c) Ministério Público, através da Curadoria das Fundações, mencionando que a Fundação teve suas contas aprovadas naquele órgão;

~~d) ...Vetado...~~

d) nos demais casos, o atestado de pleno e regular funcionamento deve ser emitido pelo Prefeito Municipal



ou pelo Julz Diretor do Foro.

(Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014)

(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014)

III - relatório de atividades e serviços relevantes prestados à coletividade do ano anterior ao da solicitação de que trata este artigo;

IV - declaração de que a entidade não tem fins lucrativos e que os membros da diretoria não são remunerados.

Parágrafo único. Os documentos apresentados devem ser no original ou cópia autenticada, datados, no máximo, de sessenta dias antes do protocolo do Requerimento.

Art. 8º. ...Vetado...

Art. 8º. A Assembleia Legislativa do Paraná, através do Requerimento apresentado no protocolo geral, concederá Certidão de Vigência da Lei declarando instituição de Utilidade Pública somente para as entidades consideradas regulares nos termos desta Lei. (Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014)

(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014)

Parágrafo único. ...Vetado...

Parágrafo único. Havendo pedido de Certidão de vigência negado, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer e, caso necessário, apresentará o projeto de revogação da Lei. (Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014)

(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014)

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 16.888, de 1º de agosto de 2011.

Palácio do Governo, em 13 de dezembro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Calto Quintana
Deputado Estadual

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Rose Litro
Deputada Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercílio Turini
Deputado Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual



Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

Lei 17826 - 19 de Março de 2014

Publicado no Diário Oficial nº. 9173 de 26 de Março de 2014

Súmula: Partes vetadas pelo Governador do Estado do Paraná e mantidas pela Assembleia Legislativa, do Projeto que se transformou na Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013 (que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná manteve e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos da Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013:

"Art. 6º ...

(...)

VI – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras desde que não tenham certificado de benemerência;

VII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;"

"Art. 7º ...

(...)

II - ...

d) nos demais casos, o atestado de pleno e regular funcionamento deve ser emitido pelo Prefeito Municipal ou pelo Juiz Diretor do Foro".

"Art. 8º A Assembleia Legislativa do Paraná, através do Requerimento apresentado no protocolo geral, concederá Certidão de Vigência da Lei declarando Instituição de Utilidade Pública somente para as entidades consideradas regulares nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Havendo pedido de Certidão de vigência negado, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer e, caso necessário, apresentará o projeto de revogação da Lei."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 19 de março de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 160/2014

Projeto de Lei nº. 160/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera os dispositivos que especifica a Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA A LEI Nº 17.826/2013-POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL EM ANEXO.

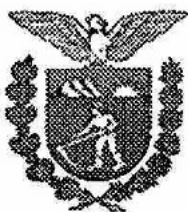
PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar os dispositivos que especifica a Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.

VISTA EM 29/04/14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Este projeto de Lei acaba visando à alteração da Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, com a finalidade de possibilitar as instituições hospitalares e instituições de ensino privadas que possuam certificado de entidades beneficentes de assistência social sejam declaradas de Utilidade Pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2014.


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR







APROVADO

06/05/14.